

NOTA EDITORIAL

Rogério Roque Amaro

Tradicionalmente, qualquer aluno (a) de Economia aprendia que os sistemas financeiros eram a rectaguarda e a base de apoio da chamada economia real (correspondente ao conjunto de actividades produtivas, do sector primário ao terciário, que constituem o sistema económico).

Assumindo, entre outras, a função primordial de actuar como intermediação entre as poupanças geradas no sistema económico e as suas necessidades de investimento, os sistemas financeiros poderiam ser considerados um dos apoios fundamentais da actividade económica (a par, por exemplo, do papel regulador do Estado).

Nos últimos cerca de 30-40 anos, no entanto, acelerou-se e acentuou-se uma tendência que já vinha de trás e que é uma consequência e está associada a dois processos marcantes destas últimas décadas, que são a globalização e a financeirização da vida económica (ambas aliás intimamente relacionadas). Essa tendência é a da autonomização do sistema financeiro face ao sistema económico, de que fazia parte.

Essa lógica de autonomização é evidenciada pelo aumento e complexificação dos produtos financeiros e seus derivados, multiplicando-se as aplicações e as operações de natureza especulativa, flexível, precária e potencialmente tóxica (nalguns dos seus efeitos), de expressão meramente financeira, sem qualquer relação (directa ou indirecta) com o conjunto das (outras) actividades económicas.

Um dos efeitos desta autonomização financeira foi que as evoluções do sistema financeiro tornaram-se independentes (desligadas), senão mesmo contraditórias, das evoluções da produção dos outros sectores.

Outro efeito, mais pernicioso, foi o da «canibalização» do sistema económico pelo sistema financeiro, através dos seus processos especulativos, das suas crises e dos seus constrangimentos impostos, pelo lado do crédito, às empresas e aos consumidores, com impacto muito nefasto na eliminação de empresas (e consequente desemprego) e no endividamento dos consumidores (e consequente destruição dos seus modos de sobrevivência, quando o que se anunciava era... a abundância e os sonhos ao alcance de um crédito).

Mas pior do que tudo, foi a absolutização do seu poder, transversal a toda a sociedade e impondo-se, nas suas lógicas e objectivos, ao próprio sistema político e social, assistindo-se, não só à financeirização global da economia, mas também à financeirização da sociedade.

O peso e a influência decisiva e decisória que têm hoje, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, o poder imenso não escrutinado e não transparente das principais agências de rating norte-americanas ou de grupos financeiros como o Goldman Sachs, a chamada «força dos mercados» (leia-se «financeiros»), a imposição de soluções políticas tecnocráticas (como no caso da Grécia e da Itália, aliás da confiança dos grandes interesses anteriormente citados), são exemplos desta financeirização e distorção do sistema político, atingindo a própria democracia na sua essência.

Esta é uma das características mais marcantes da crise actual que, por isso, mais do que uma crise económica e financeira, é uma crise sistémica e civilizacional, com uma dimensão social e política (para além de outras) muito marcante e preocupante.

Este aliás foi o tema, e não por acaso, dos últimos dois números desta Revista, no que se refere às leituras e interações com a Economia Solidária.

Mas esta financeirização (não escrutinada nem democrática) das nossas sociedades é apenas uma das razões que levaram, nos últimos anos, a um aumento da procura de sistemas de financiamento alternativos para as actividades e os actores económicos e sociais.

A razão talvez mais essencial liga-se, de facto, à própria lógica (histórica e recente) que está na origem da Economia Social e Solidária, razão de ser desta Revista.

O facto de os sistemas financeiros dominantes se guiarem pela lógica do lucro e pelos critérios da economia de mercado, contribuindo, desse modo, para a marginalização e para a exclusão de pessoas e de actividades... «não bancáveis», pelos referidos critérios, levou, desde há muito tempo (há registos desde o século XVIII, mas, em muitas culturas e continentes, existem grupos e dinâmicas informais de entreajuda e de mutualização das poupanças e dos créditos, que se perdem nas memórias dos tempos), à emergência de fórmulas alternativas de financiamento de pessoas e actividades, assumindo muitas vezes formas jurídicas cooperativas ou mutualistas.

Aumentaram e diversificaram-se, em todos os continentes, nos últimos anos, experiências e iniciativas de financiamento alternativo, desde os sistemas de microfinanças (e, dentro destes, de microcrédito) à banca ética, passando pelos clubes solidários de poupança e crédito, que abriram novas vias de financiamento, distintas das lógicas dominantes, e mais de acordo com os princípios da Economia Social e Solidária.

E não estamos a falar aqui das variantes com designações idênticas que muitos bancos comerciais adoptaram nos últimos anos (como, por exemplo, no domínio do microcrédito), frequentemente por razões oportunistas e/ou de marketing, procurando tirar proveito dos princípios e valores associados a essas expressões, mas subordinando-as aos seus interesses e lógicas dominantes.

É óbvio que a crise actual e a referida financeirização das nossas sociedades acentuaram e tornaram mais urgentes a existência e afirmação destes sistemas de financiamento efectivamente alternativos. Como, aliás, acentuaram a tendência para o próprio sistema financeiro dominante se apresentar com «roupagens éticas», adoptando as referidas «variantes» e/ou estratégias de Responsabilidade Social...

Este é o contexto que explica, no essencial, a decisão da Comissão Científica da Revista de dedicar este número ao tema dos Sistemas de Financiamentos Alternativos e a outras questões que lhe estão associadas, como o financiamento das organizações de Economia Social e Solidária.

Para esse efeito, solicitou ao Prof. Emanuel Leão, Professor Auxiliar com Agregação do departamento de Economia Política da Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE- IUL (Instituto Superior de Ciências, do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa), docente da disciplina de Sistemas de Financiamento da Economia Solidária do Mestrado em Economia Social e Solidária do ISCTE-IUL e membro recente da Comissão Científica da Revista de Economia Solidária, a coordenação deste número 4 (ver nota de introdução ao conteúdo do número, da sua responsabilidade, a seguir a esta Nota Editorial).

Tendo em conta os desafios decorrentes das questões enunciadas no início, fazem parte deste número quatro artigos centrais sobre:

O Desenvolvimento da Microfinança na Europa, da autoria de Philippe Guichandut, director de Desenvolvimento e de Assistência Técnica na Fundação Grameen de Microfinança e Crédito Agrícola;

Finança Ética e Sustentável, da responsabilidade de Viviane Vandemeulebroucke, até recentemente Secretária-Geral da INAISE – International Association of Investors in The Social Economy, a mais antiga rede internacional (criada em 1989) de organização de Finança Social;

Os Bancos Não-Lucrativos em Portugal (Caixa de Crédito Agrícola e Caixa Económica Montepio Geral) e as suas especificidades em comparação com os bancos comerciais, assumido por Ricardo Barradas (da Escola Superior de Comunicação, do Instituto Politécnico de Lisboa e Técnico do Montepio Geral) e Sérgio Lagoa e Emanuel Leão (ambos do Departamento de Economia Política do ISCTE-IUL).

A Sustentabilidade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal, da autoria de José Correia, mestre em economia Monetária e Financeira (ISEG), doutorando em economia (ramo de Economia Social e Solidária) no ISCTE-IUL e Técnico Superior no Instituto de Gestão Financeira da Segurança no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sendo este artigo uma componente da sua tese de doutoramento, já entregue e à espera da marcação da discussão pública, sobre o tema central do mesmo;

Para além deste quatro artigos, que constituem o corpo central deste número, publicam-se também, como vem sendo hábito na Revista, alguns trabalhos (três sobre este tema) de mestrandos (as) do Mestrado em Economia Social e Solidária, seleccionados, neste caso, pelo coordenador do número, a partir da disciplina em que é docente, ou seja, Sistemas de Financiamento da Economia Solidária:

Sobre o projecto «Terra do Mel», da serra do Algarve, apoiado pelo Instituto de Desenvolvimento Social, para dinamizar os produtores locais, numa lógica de Desenvolvimento Local, da autoria da mestranda Ana Sara Morais;

Sobre o financiamento do Lar Adventista para Pessoas Idosas – Norte (LapiNorte), uma IPSS (e, portanto, entidade de Economia Social) com uma lógica de financiamento essencialmente autónoma, da responsabilidade do mestrando João Faustino;

Sobre uma análise de formas alternativas de fontes de financiamento para a Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (FPEPTT), da autoria de Inês Nunes Silva.

Como é condição de uma Revista com carácter e objectivos científicos, todos os artigos e colaborações deste número, foram objecto de leitura e análise por especialistas do tema (referees) .

Rogério Roque Amaro

